

PARTICIPAÇÃO E PRÁTICA
DOCENTE: REFLEXÕES
E DESAFIOS PARA A
ESCOLA PÚBLICA

Luís Gustavo Alexandre da Silva*

Resumo: este artigo analisa os fundamentos da identidade cultural em um contexto tradicional e suas implicações sobre a participação e a prática docentes. O texto demonstra que a identidade cultural hierárquica sedimentada sobre a estrutura familiar, religiosa, clientelista e patrimonial interfere na efetivação do trabalho docente e no desenvolvimento institucional da escola. O artigo desvela os efeitos desses sentidos culturais e os desafios concernentes a efetivação de relações democráticas na escola. A pesquisa demonstra que a ausência do cocontratualismo como valor social promove a intensificação da desconfiança e inibe a formulação de práticas coletivas voltadas para a satisfação de interesses comuns.

Palavras-chave: cultura, participação, prática docente

Este texto analisa os fundamentos da identidade cultural em um contexto tradicional e suas implicações sobre a participação e a prática docente. Essa investigação considera a cultura como um componente significativo para se analisar as efetivas possibilidades de participação e realização de práticas docentes com caráter democrático, pois as ações e as articulações cotidianas existentes na instituição escolar são definidas, em grande parte, pela recuperação de um conjunto de elementos culturais dotados de sentido e capazes de definir as principais decisões no ambiente escolar.

O texto corrobora a visão de que os estudos culturais podem contribuir significativamente para desvelar um conjunto de ligações simbólicas desconhecidas e responsáveis pelos sentidos incorporados às decisões tomadas no cotidiano escolar. A ampliação desses estudos, que consideram os elementos culturais como referência de análise, representa a possibilidade de verticalizar a compreensão desses fenômenos

para além da dimensão econômica, no sentido de identificar os elementos motivadores das ações e dos comportamentos sociais, cuja origem pode ser recuperada nas experiências culturais e no habitus de classe dos agentes incorporado no processo de socialização.

A investigação dos fundamentos da identidade cultural em um contexto tradicional e suas implicações sobre a participação e a prática docente tem como ponto de partida as análises realizadas pela antropologia social. Para realizar esse estudo é significativo considerar a lógica intermediária e relacional que caracteriza a sociedade brasileira capaz de combinar os fundamentos estruturais modernos apreendidos como as regras constitucionais, a lógica contratualista, a dimensão pública, a representatividade e o individualismo intermediados com o tradicional, entendido como o conjunto de relações pessoais, a força religiosa, a família, a proteção, o privilégio, a hierarquia. Assim, a compreensão da cultura brasileira deve considerar a capacidade de integração e complementaridade que se edifica nessa sociedade (DAMATTA, 1993).

A pesquisa analisa como essa intermediação apresenta-se em um contexto cultural com fortes características tradicionais e seus efeitos sobre a participação e a prática docente. Essas indagações podem ser sistematizadas a partir de algumas questões específicas a respeito desse tema. Podem-se citar as seguintes: quais os fundamentos da identidade cultural nesse contexto tradicional? De que maneira a identidade cultural interfere na participação e prática docente? Quais os limites culturais para a intensificação da participação? Qual a interferência dos princípios morais na prática docente? Qual o impacto da identidade cultural na compreensão dos agentes a respeito da consolidação dos princípios democráticos na escola?

As análises realizadas nesse artigo são desdobramentos de um conjunto de dados coletados em um estudo de caso coletivo etnográfico desenvolvido em duas escolas municipais de Morrinhos - Estado de Goiás. Nessa pesquisa foram utilizados a observação participante, as entrevistas semi-estruturadas e a análise de documentos da escola, como recursos oferecidos pela abordagem qualitativa para se aprofundarem os estudos realizados nesse campo¹.

SOCIEDADE, CULTURA E ESTADO

A sociedade brasileira formula suas instituições modernas sem abdicar da tradição cultural, ou seja, os vínculos estabelecidos entre o moderno e o tradicional são mediados pelo plano intermediário e rela-

cional. A sociedade brasileira opera sob as duas lógicas, a saber, a cultura tradicional, com grande força no conjunto da sociedade e a cultura moderna, inserida posteriormente em algumas instituições, em especial nos segmentos burocráticos do Estado. O elemento diferenciador dessa sociedade é a capacidade de intermediar e relacionar, sem rupturas, a permanência dos elementos tradicionais no cerne das instituições modernas (DAMATTA, 1985, 1997).

A pesquisa evidencia que a permanência da estrutura cultural tradicional e a subordinação do universo moderno pelo conjunto de referências tradicionais dependem também, dentre outros aspectos, do potencial econômico industrial da região analisada. Ressalta-se que os processos intermediários que relacionam o universo tradicional com o moderno ocorrem na totalidade da sociedade brasileira como elemento distinto da identidade nacional, todavia, com intensidade variável. É significativo destacar que, na região analisada na pesquisa, não houve um forte desenvolvimento industrial capaz de promover um conjunto de sentidos culturais associados a efetivos interesses de classe responsáveis pela clássica disputa entre capital e trabalho e, muito menos, uma forma associativa de organização produtiva sedimentada na pequena propriedade capaz de estimular práticas contratualistas entre os agricultores. Pelo contrário, a investigação realizada concentra-se em uma região predominantemente agrícola sedimentada na grande propriedade rural voltada para a produção externa em larga escala com reduzidas relações contratualistas e, em algumas sub-regiões, com práticas de trabalho escravo nas lavouras sucroalcooleiras (LAMARCA, 2009). Evidentemente, essa sociedade tende a conservar um conjunto de sentidos, valores e concepções com fortes características tradicionais encarnadas em sua cultura.

A Cultura é um conceito essencial neste trabalho, de modo que é necessário compreender detalhadamente seus significados. Clifford Geertz (1989) define cultura como um padrão historicamente transmitido de significados encarnados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em forma simbólica, por meio das quais, os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e sua atitude em relação à vida. O autor defende que a cultura não deve ser compreendida como um complexo de padrões de comportamento representados pelos costumes, tradições e hábitos, mas como um conjunto de mecanismos de controle do comportamento, planos, receitas, regras, instruções.

Bourdieu (1996) esclarece que os agentes têm comportamentos, atitudes e inclinações correspondentes ao agrupamento social do qual fazem parte, ou seja, os agentes agem em conformidade com um habitus adquirido no espaço social. Segundo o autor, o comportamento social dos agentes tende a ser orientado por um conjunto de disposições duradouras adquiridas no processo de socialização que orienta as ações em direção a um determinado fim sem que se tenha por princípio a busca consciente desses objetivos. Na prática, as referências simbólicas recuperadas pelos agentes e capazes de atribuir sentido a uma parcela significativa de suas crenças são provenientes do processo de socialização em convergência com a posição ocupada na estrutura do espaço social.

Em Morrinhos, região analisada na pesquisa, a forte hierarquia e os mecanismos autoritários de manutenção do poder fortaleceram-se com os tradicionais processos históricos de dominação, apesar da aparência de modernização e da constituição formal da estrutura burocrática do Estado. Nesse contexto, o processo de consolidação da identidade social e cultural passa pela representação da família patriarcal, instituição formada por europeus de origem aristocrática que vieram para o Brasil na condição de colonos, que tornar-se-ia a instituição com maiores condições de conservar e disseminar princípios morais cultivados pelos antepassados (HOLANDA, 1995).

Em geral, na sociedade brasileira, os fundamentos familiares predominam sobre o conjunto das instituições sociais. As relações afetivas, o sangue familiar, o personalismo e o paternalismo são elementos que determinam uma parcela significativa das relações, pois são considerados as principais referências para a constituição dos valores sociais e da organização política (HOLANDA, 1995). Dessa forma, a lógica privada própria do processo de exarcebação da família tende a fortalecer a dimensão privada ao transferir seus mecanismos de auto-proteção para o conjunto da sociedade. A intenção é estender os laços de proteção e os benefícios internos familiares para o conjunto do espaço social. Os desdobramentos desse modo de organização familiar são os mais diversos, dentre eles, o isolamento do indivíduo de uma dimensão coletiva e pública, a negação da potência individual responsável pela definição de regras comuns, o fortalecimento das estruturas hierárquicas de dominação, a renovação de práticas personalistas, a superficialidade das regras ou leis contratuais, a submissão as decisões pelo alto, a reduzida capacidade de representatividade social, a inexistência da perspectiva igualitária no conjunto da sociedade, o baixo controle das decisões ‘públicas’ etc.

Evidentemente, esse contexto histórico e social somente teve condições de consolidar-se efetivamente pela presença marcante do aspecto religioso como elo aglutinador e organizador dessa complexidade cultural. A religião tem o papel de formular um conjunto de normas morais que orientam a conduta e prendem o indivíduo ao sistema de crenças por intermédio de sanções psicológicas orientadas pela fé e pela prática religiosa. A religião consegue inculcar um conjunto de práticas e representações cujo sentido é a manutenção da estrutura social, porque tem a capacidade de manipular os limites do conhecimento e produzir sanções simbólicas capazes de impor um determinado tipo de condições materiais de existência. Efetivamente, as relações estabelecidas pelo poder dos símbolos religiosos, ao absolutizar o relativo e legitimar o arbitrário, tendem a impor uma referência hierárquica de pensamento que reconhece a existência de pontos privilegiados no espaço cósmico e político que, inevitavelmente, naturalizam as relações de dominação e de ordenamento social (WEBER, 1996; BOURDIEU, 2005).

O exame da organização familiar e da religião como instituições complementares evidencia a significativa presença da dimensão hierárquica como lógica estruturante dessa sociedade. A base social é a hierarquia. A percepção dos fundamentos hierárquicos e corporativos que edificam a sociedade e a conseqüente submissão dos agentes à condição de pessoa, bem como a compreensão dos laços familiares ou de amizade que sedimentam essas relações na estrutura social servem para identificar o antagonismo desses princípios com os fundamentos individuais, contratualistas e igualitários próprios de uma sociedade liberal-democrática (DAMATTA, 1985).

As regras de organização social no Brasil seguem uma lógica peculiar, pois as relações pessoais combinam-se com a ordem fundada nos indivíduos. Não é possível identificar uma estrutura social regulada exclusivamente pelos princípios liberais e contratualistas, capazes de formular um conjunto de regras que estabelecem direitos e deveres comuns. A estrutura social brasileira caracteriza-se por uma lógica intermediária e complementar em que as relações pessoais combinam-se com o fundamentos contratualistas. Em algumas sociedades, como a analisada na pesquisa, esses fundamentos modernos apresentam-se de maneira excessivamente formal mediados por constantes práticas tradicionais. É elucidativo nessa sociedade, o papel formal exercido pelas instituições modernas republicanas como o Estado, que apesar da estru-

tura burocrática edificada, opera invariavelmente a partir de significativos processos informais como o clientelismo e o personalismo.

O clientelismo político é um conceito utilizado exatamente para designar as relações pessoais estabelecidas entre determinados agentes sociais e os detentores de poder político. Alguns indivíduos submetem-se a essa lógica de poder para beneficiarem-se da concessão de benefícios públicos na forma de empregos e vantagens pessoais, cedidos àqueles que se submetem e estão dispostos a se manterem fiéis a uma determinada organização do poder. A contrapartida exigida pelos líderes políticos para manter os benefícios e as vantagens pessoais é a própria manutenção dessa lógica de dominação, ou seja, no período precedente ao processo eleitoral os beneficiários têm que buscar votos e apoios políticos para garantir a permanência do grupo no poder (CARVALHO, 1998; DAMATTA, 1985, 1997).

Dessa forma, o clássico modelo de representação constituído pela defesa dos interesses econômicos de classe e pelo contratualismo como referência consensual de participação política não se constituiu efetivamente nessa sociedade. Os indivíduos não exercem plenamente a capacidade de participar, decidir e materializar suas motivações em transformações políticas. A estrutura da sociedade não está efetivamente sustentada sobre o princípio do individualismo e do contratualismo, mas pelo contrário edifica-se sobre o relacional fundamento da hierarquia e do personalismo.

O elemento determinante, em Morrinhos, é a manutenção dessa lógica hierárquica e pessoal conquistada pelo poder econômico e político das famílias tradicionais, em detrimento dos interesses da maioria da população cuja forma de ‘representação política’ somente acontece por intermédio de padrinhos pertencentes às teias de relacionamentos que constitui uma das principais maneiras de se conquistarem benefícios e privilégios na sociedade.

O tipo ideal de dominação patrimonial ainda é um conceito determinante nesse universo cultural, pois a maioria das efetivas decisões tomadas no conjunto social submete-se às orientações do campo político, em especial do chefe do poder executivo. A dominação patrimonial é a principal referência teórica para se analisar as relações estabelecidas, porque se constitui como modelo de administração estatal em que o princípio para a ocupação dos cargos ‘públicos’ é a confiança pessoal do senhor articulada a determinados interesses políticos ocasionais, que podem significar, em determinados momentos, a troca desses

funcionários por outros a partir da conveniência política. Dessa forma, o sentido cultural que prevalece na estrutura administrativa estatal em uma situação de dominação patrimonial é a fidelidade e a submissão aos domínios do senhor (WEBER, 1999).

Essa lógica de dominação reforça a tradição política brasileira que envolve a manutenção dos interesses da oligarquia rural e do estamento ‘burocrático’ como agentes sociais privilegiados na estrutura do poder. Apesar das contradições, a classe política e a ‘burocracia’ conseguiram sobreviver ao limitar as oportunidades de organização e manifestação política dos grupos econômicos, tanto o capital industrial como os trabalhadores. Esses grupos, que poderiam garantir o desenvolvimento político nacional sobre bases liberais e contratualistas foram coagidos e/ou cooptados no decorrer da história a mantiveram-se em posição de submissão à estrutura patrimonial e estamental do Estado (SCHWARTZMAN, 1982). Evidentemente, não é possível transferir esses princípios culturais indistintamente para o conjunto da sociedade brasileira sem considerar as contradições e as mediações próprias de cada contexto, em especial, daqueles em que as relações entre capital e trabalho são mais consolidados. A especificidade de Morrinhos, região que sustenta as análises desse trabalho, reforça a constatação que a lógica republicana de funcionamento do Estado, os princípios contratualistas e a política de representação carecem de legitimidade universal em virtude da força histórica dos elementos culturais e políticos consolidados na sociedade brasileira, o que representa maior lentidão e a permanente criação de sistemáticos mecanismos de intermediação (ou combinações) entre os modernos processos de transformação produtiva e a tradição cultural.

PARTICIPAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA A ESCOLA PÚBLICA

A participação como conceito está relacionada à possibilidade dos sujeitos de tomarem decisões políticas capazes de interferir na resolução dos problemas que aparecem no cotidiano. Os desdobramentos políticos relativos à ampliação ou redução da participação como referência democrática, dependerá de uma específica concepção de sociedade, constituída historicamente pelos sujeitos nos respectivos espaços sociais. No contexto social analisado pela pesquisa percebe-se a predominância de um conjunto de sentidos identificados com a cultura

hierárquica e a reduzida participação. Nas observações do cotidiano da escola identifica-se a manifestação desses elementos hierárquicos, em especial, a força do clientelismo, do personalismo, do formalismo e da religiosidade. Nesse sentido, a participação e a prática docente dos agentes escolares são continuamente influenciadas pelos seguintes elementos culturais.

- a) Participação e clientelismo político – a participação dos agentes na instituição escolar está diretamente relacionada com o poder do campo político. O campo político estabelece relações com o campo escolar na medida em que representa a possibilidade concreta de interferir na distribuição e provisão de capital cultural. O interesse político pelo controle desse campo ocorre em razão de um conjunto de fatores, dentre eles a valorização da esfera escolar como mecanismo de ascensão social, o controle do Estado na regulamentação dessa competência, o poder de realizar trocas políticas e os benefícios associados ao domínio de um campo de elevado interesse social.

Nas escolas municipais pesquisadas, os cargos de diretor, coordenador pedagógico, secretária geral e alguns cargos docentes são preenchidos mediante indicação política. Evidentemente, todas essas indicações satisfazem determinados interesses políticos e garantem a permanência de alianças capazes de manter o funcionamento da estrutura burocrática, em comum acordo com os interesses políticos dos grupos dominantes. Na prática, os agentes são obrigados a submeterem-se as diretrizes estabelecidas pelas pessoas indicadas e, conseqüentemente posicionarem-se de maneira favorável ao poder exercido por elas, pois o contrário pode ser entendido como subversão ao grupo político dominante. Ressalta-se que os ocupantes dos cargos de confiança também devem manter comportamentos de subserviência política àqueles que os indicaram e não ao interesse público e coletivo da comunidade escolar. Em razão dessa especificidade, intensificam-se a hierarquia, os mecanismos de controle, o autoritarismo e, conseqüentemente, os conflitos na escola.

Essa escala de poder hierárquica na escola pública municipal evidencia a presença do clientelismo político e do patrimonialismo como fatos presentes e atuantes no universo real e simbólico dos agentes escolares. Clientelismo político é um conceito utilizado exatamente para designar as relações pessoais estabelecidas entre determinados agentes sociais e os detentores de poder político. Alguns indivíduos submetem-

-se a essa lógica de poder para beneficiarem-se da concessão de benefícios públicos na forma de empregos e vantagens pessoais, cedidos àqueles que se submetem e estão dispostos a se manterem fiéis a uma determinada organização do poder. A contrapartida exigida pelos líderes políticos para manter os benefícios e as vantagens pessoais é a própria manutenção dessa lógica de dominação, ou seja, no período precedente ao processo eleitoral os beneficiários têm que buscar votos e apoios políticos para garantir a permanência do grupo no poder (CARVALHO, 1998).

O patrimonialismo é a principal referência teórica para se analisar as relações estabelecidas, porque se constitui como modelo de administração estatal em que o princípio para a ocupação dos cargos ‘públicos’ é a confiança pessoal do senhor articulada a determinados interesses políticos ocasionais, que podem significar, em determinados momentos, a troca desses funcionários por outros a partir da conveniência política. Dessa forma, o sentido que prevalece na estrutura administrativa estatal em uma situação de dominação patrimonial é a fidelidade e a submissão aos domínios do senhor (WEBER, 1999). O tipo ideal de dominação patrimonial é um conceito determinante nesse universo cultural, pois a maioria das decisões tomadas na instituição escolar submete-se às orientações do campo político, em especial do chefe do poder executivo municipal. Inevitavelmente, o clientelismo e o patrimonialismo, associados às relações de poder correspondentes, são transferidos para a participação e a prática docente. Os conflitos e a permanente desmotivação são resultantes desses elementos agrupados, que tendem a transferir, sobrecarregar e intensificar as relações de dominação sobre a realização do trabalho do professor.

b) Participação e personalismo - a participação dos agentes na instituição escolar está diretamente relacionada com as possibilidades de ascensão social existentes nessa sociedade. A pesquisa demonstra que a ascensão articula-se com o poder e o status de determinadas pessoas pertencentes a famílias com grande prestígio social na comunidade.

O poder é concentrado nas mãos das *pessoas* e os diversos processos de dominação fazem com que essa lógica não seja modificada. Na prática, os grupos e as relações pessoais precedem os indivíduos e são eles que vão conscientizar os agentes de seus limites sociais. São os grupos que definem os encaminhamentos sociais, subordinando os

indivíduos a suas ordenações. Os grupos possuem laços de interesses que envolvem uma grande quantidade de pessoas, principalmente os membros do poder legislativo e burocrático, constituindo uma teia de relações pessoais capazes de reproduzir os princípios e sustentar a sociedade hierárquica. Aos despossuídos de recursos financeiros e relações pessoais sobram a obediência às leis e a esperança de auxílio do poder público (DAMATTA, 1985; 1997).

Os professores compreendem essas relações simbólicas e compartilham diferentes posicionamentos a partir de seus interesses pessoais. O universo simbólico é compartilhado pelos professores, apesar de alguns deles definirem suas expectativas a partir de suas posições pessoais na estrutura. Alguns estão ansiosos para serem beneficiados e envolvem-se no jogo pela crença de serem recompensados pelas práticas de subserviência; outros são contestadores de circunstância por não concordarem com as pessoas que assumiram determinadas posições e os deixaram marginalizados, ou seja, compartilham dos mesmos referenciais culturais e simbólicos, mas discordam do seu posicionamento pessoal na estrutura e, finalmente, alguns poucos realmente discordam do conjunto dessas relações (SILVA, 2009).

Segundo Damatta (1997), a dualidade da estrutura social brasileira manifesta-se da seguinte forma: para os agentes que possuem relações pessoais e pertencem a determinados grupos, há uma diversidade de benefícios e privilégios, enquanto para a maioria dos agentes, na condição de indivíduos destituídos desse tipo de relações pessoais, sobra a ordenação burocrática submissa às leis gerais, universalizantes e igualitárias.

c) Participação, poder e formalismo – a participação dos agentes na instituição escolar está diretamente relacionada com as possibilidades de ascensão social existentes nessa sociedade e com o fortalecimento prestígio social do campo político. A manutenção dos cargos de confiança e dos empregos depende de um conjunto de fatores; o principal é a permanência no poder do grupo político que indica a maior parte dos cargos; há, todavia, outros elementos que também exercem alguma influência na permanência das pessoas nos cargos, dentre eles a disseminação da imagem pública, formal e burocrática da escola como capaz de realizar um bom trabalho pedagógico, o que, evidentemente, legitima para o conjunto da sociedade a eficiência dos gestores públicos e do processo de indicação política.

A participação nas atividades da escola é calculada pelos agentes a partir de alguns aspectos, o primeiro é a simbiose entre a imagem formal da escola e a legitimação do processo de indicação e o segundo é o aproveitamento pessoal para o reforço de relações e a conquista de espaço político com a direção da escola. Esse segundo aspecto refere-se a uma estratégia dos professores, para fortalecer a posição pessoal em relação à direção e às coordenadoras, o que pode representar a possibilidade de conquistar algum benefício futuro, talvez uma oportunidade de ascensão ou, pelo menos, a garantia da inviolabilidade de seus direitos profissionais.

A exaltação da imagem da escola demonstra como a valorização dos aspectos formais é uma preocupação constante daqueles agentes escolares que pretendem alcançar determinados cargos ou mantê-los na estrutura burocrática. A indicação de pessoas para a ocupação de cargos 'públicos' depende de força política e a permanência nos cargos passa pela subserviência e de boa imagem perante a sociedade. A imagem formal da escola deve transparecer um determinado grau de organização na realização do trabalho pedagógico com o mínimo de eficiência. Esses elementos tendem a legitimar o processo de indicação política, reforçar os diversos eixos classificatórios da hierarquia social e disseminar uma imagem positiva do campo político.

d) Participação e o moralismo religioso - a participação dos agentes na instituição escolar está diretamente relacionada com um conjunto de prerrogativas religiosas que determinam valores morais comuns entre os agentes escolares. A religião exerce forte papel social ao absolutizar os valores morais e símbolos religiosos como a única forma de se compreender a realidade. A religião exerce forte apelo moral aos professores para que se utilizem de seus símbolos na análise e explicação da ordem social. A religião, ao transferir os símbolos sagrados e a estrutura hierárquica espiritual para a compreensão do universo social, é capaz de inculcar um conjunto de práticas e representações cujo sentido é a manutenção da estrutura econômica e social vigente. Ressalte-se que essa prática somente acontece graças à capacidade da religião de produzir o desconhecimento dos limites do conhecimento e o reforço simbólico de suas sanções para a imposição de um tipo determinado de condições materiais de existência (BOURDIEU, 2005).

A convergência religiosa pode ajudar a compreender a submissão apresentada pelos professores nessas ocasiões. Os agentes escolares

possuem fortes vínculos religiosos, que servem como referência para os comportamentos sociais concretos, pois não há desvinculação entre a forte orientação espiritual compartilhada pela maioria dos agentes escolares e seus comportamentos sociais cotidianos. Os agentes escolares, em especial os professores, identificam significativos elos simbólicos entre os mecanismos de controle materializados na pessoa da diretora e na estrutura de poder reforçada nas reuniões do conselho, com um sentido inconsciente de subserviência associado à perspectiva religiosa de submissão a ordem. Há laços inconscientes estabelecidos entre as estruturas sagradas de poder com forte hierarquia de atribuições e responsabilidades propagadas pelas diversas religiões e a legitimação das estruturas hierárquicas na organização social da realidade (BOURDIEU, 2005).

Esse é um elemento importante na compreensão das articuladas conexões estabelecidas entre a adesão à hierarquia e a dificuldade de instituir relações diretas conflituosas. A disposição de ascender a posições superiores na estrutura social, que impossibilita o rompimento do indivíduo com as pessoas não é suficiente para explicar todas as dimensões dessa realidade, pois a vontade e a submissão dos indivíduos somente têm sentido se a própria estrutura hierárquica, percebida por todos como fundante dessa realidade, tiver laços inconscientes com as dimensões sagradas que legitimam essa visão de mundo em consonância com a estrutura de poder edificada no plano espiritual. Os fundamentos religiosos têm um significativo poder de convencimento e persuasão do conjunto dos agentes escolares, pois esses fundamentos corroboram a manutenção da ordem social ao transferir uma determinada estrutura de poder do plano espiritual e sagrado como referência para a vida cotidiana. Essa transferência é capaz de justificar as desigualdades, ao sancionar uma determinada posição e estabelecer comportamentos adequados para os membros das camadas mais pobres.

Na prática, as ações desenvolvidas na instituição escolar são permeadas pela tradição cultural que invariavelmente tende a reproduzir as relações hierárquicas existentes na sociedade. Essas manifestações culturais orientadas por essa lógica hierárquica e pessoal são capazes de definir os tipos de relações de poder formuladas e determinar os comportamentos políticos dos agentes, ao recuperar um conjunto de elos simbólicos estabelecidos no inconsciente. Elos que dificultam o rompimento com a estrutura de poder sob o risco de destruir os próprios pilares culturais, que dotam as ações dos agentes de algum sentido social.

Ressalta-se que a submissão à ordem simbólica não é um ato voluntário, consciente e deliberado; pelo contrário, é o resultado de um poder incorporado aos agentes sob a forma de disposições e esquemas de percepção. Os processos de dominação atuam no plano do inconsciente, em especial, ao resgatar, atribuir sentidos e estabelecer conexões simbólicas com determinadas disposições incorporadas no *habitus*. Essa engrenagem simbólica demonstra o poder coercitivo dos processos de dominação sobre os agentes sociais, o que representa maior dificuldade para romper com essa estrutura de poder, em virtude desses elos que conservam a ordem social. Todavia, essas estruturas de dominação não são a-históricas; pelo contrário, são produtos de um trabalho árduo de reprodução exercido pelo Estado como responsável pelo monopólio da violência física e simbólica assim como pelas instituições sociais tradicionais como a família, a igreja, a escola (BOURDIEU, 2007).

Os conflitos e a permanente desmotivação dos professores são resultantes desses elementos agrupados, que tendem a transferir, sobrecarregar e intensificar as relações de dominação sobre a efetivação do trabalho docente. Nessas instituições escolares pesquisadas, em virtude da forte hierarquia, não há espaço para a discussão coletiva, a confiança, o reforço das relações horizontais e o contratualismo como referências permanentes a serem recuperadas pelos agentes escolares.

O contratualismo pode ser definido como um pacto social estabelecido entre os indivíduos de uma determinada comunidade capaz de resguardar os interesses comuns definidos pela maioria dos membros ativos dessa sociedade. Esse pacto social tem por princípio defender a igualdade dos indivíduos na definição horizontal de seus interesses e o consenso político na elaboração das regras comuns. Individualizar e garantir a igualdade significa, antes de tudo, desvincular-se dos segmentos tradicionais como a família e o eixo de relações pessoais como os meios de ligação com a totalidade social. Trata-se do desenvolvimento de um sentido cultural originado da prática associativista e comunitária capaz de elaborar regras próprias e consolidá-las como princípios comuns para o conjunto de seus membros, bem como edificar a prática de respeito a esses acordos comuns como um valor a ser transferido e respeitado pelo conjunto da sociedade (TOCQUEVILLE, 2000; DAMATTA, 1997).

O contratualismo tem a capacidade de fundar uma sociedade orientada por leis comuns obedecidas e respeitadas pelo conjunto dos seus indivíduos. Na prática possibilita o estabelecimento de vários elos

de ligação entre as diversas associações e conseqüentemente o fortalecimento do Estado como instituição capaz de reunir os interesses e, resguardar o cumprimento dessas regras comuns (TOCQUEVILLE, 2000; DAMATTA, 1997).

Em geral, o que caracteriza a sociedade brasileira é o princípio da dissolução do indivíduo e do contratualismo. A constituição estratificada da sociedade é composta, essencialmente, por grupos que apresentam o perfil familiar ou patronal e que relacionam entre si com base em relações de parentesco e amizade. Assim, a sociedade marginaliza o indivíduo e as prerrogativas contratualistas próprias dos modernos sistemas liberal-democráticos ao condicionar a oportunidade de ascensão social aos membros (leia-se pessoas) que conseguiram perpetuar relações de parentesco ou sedimentar laços de amizade capazes de projetá-los socialmente (DAMATTA, 1985;1997).

É significativo destacar que aparecem contradições nesse universo social; todavia, não há força nem elos culturais suficientes para transferir a experiência individual de defesa do controle do trabalho docente para uma dimensão mais abrangente e organizada, próxima a alguma referência coletiva ou de classe associada à luta pelos direitos profissionais; a lógica de poder e dominação, consolidada nas relações pessoais, patrimoniais e no clientelismo político, compartilhada pelo conjunto da sociedade, torna-se a principal referência para a resolução dos problemas na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo demonstra que os elementos culturais tende a instituir limites para a efetivação da participação e da prática docente em um contexto tradicional, pois a condição para o desenvolvimento de relações mais democráticas é o aprofundamento da confiança e dos sentidos culturais associados ao contratualismo, ao igualitarismo e a noção de bem comum. Em geral, alguns agentes conseguem perceber as possibilidades transformadoras associadas à instituição escolar; todavia, em razão dos valores conservadores compartilhados no universo simbólico e da tradição cultural avessa a rupturas, não avançam no sentido de formular saídas mais radicais para solucionar as contradições próprias do universo escolar e da dinâmica social. Dessa forma, as contradições não se manifestam com a intensidade necessária para contrapor-se ao universo cultural hierárquico estabelecido e gerar respostas mais coletivas,

transformadoras e de essência democrática em oposição ao conjunto de valores vivenciado e compartilhado pelos agentes escolares.

Na prática, os valores modernos fundados no contratualismo e na estrutura do Estado republicano de direito não conseguiram penetrar no universo simbólico do conjunto dos agentes escolares a ponto de servir permanentemente como referência lógica e teórica a ser buscada para a solução dos problemas cotidianos. Nesse contexto analisado, caracterizado por uma forte cultura hierárquica e personalista, os fundamentos básicos para a edificação da participação e da prática docente com forte conotação democrática não foram consolidados, pois os sentidos culturais associados ao contratualismo não se constituíram efetivamente. Pelo contrário, esses fundamentos modernos foram, com o decorrer dos anos, subsumidos à cultura hierárquica tradicional e, em grande parte, serviram para redimensionar as antigas estruturas de poder.

Apesar das contradições, nessas sociedades, serem tendencialmente resolvidas com procedimentos intermediários, a pressão externa por efetivas transformações estruturais associadas a processos efetivos de formação docente podem ser consideradas as principais estratégias para a mudança social. A principal luta dos trabalhadores dos contextos tradicionais deve estar associada as reivindicações nacionais da sociedade civil oriundas dos modernos centros industriais associadas a presença das instituições republicanas modernas no cotidiano social. Evidentemente, o desenvolvimento de um sistema educacional mais articulado e consistente não anularia o caráter intermediário constitutivo da identidade social brasileira, mas restabeleceria os referenciais modernos como perspectiva concreta para a resolução dos problemas e como fundamento cultural capaz de ser buscado, permanentemente, pelos agentes no cotidiano da escola.

Nota

- 1 A pesquisa de campo aconteceu no segundo semestre de 2007 no município de Morrinhos (GO). A pesquisa na Escola Azul e Escola Vermelha realizaram-se em um período de seis meses, o que totalizou três meses de observação em cada uma das escolas. A maior parte das observações nas escolas ocorreu na sala dos professores com o objetivo de se analisarem as reuniões não planejadas, as decisões informais que ocorrem durante o intervalo das aulas, os momentos de planejamento, as conversas informais entre os docentes, bem como observar os recados na sala dos professores e em outros espaços da escola. O diário de campo exerceu papel determinante no processo de captação dos dados observados. A entrevista semi-

estruturada também foi utilizada como recurso metodológico porque tem, como ponto de partida, questionamentos apoiados em hipóteses formuladas no trabalho de campo que interessam ao pesquisador, e que, em seguida, oferecem amplo espaço de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se vivencia a experiência do dia a dia com os agentes escolares. A pesquisa documental apresentou-se como instrumento importante para a investigação porque serviu como recurso para se contextualizar o fenômeno e completar o quadro de informações básicas a respeito do funcionamento do sistema.

Referências

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- DAMATTA, R. *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, R. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LAMARCA, C. *Goiás é líder em trabalho escravo: mais um crime do latifúndio*. Publicado em 17/11/2008. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org>>. Acesso em: 09 abr. 2009.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SILVA, L. G A. *Os processos de dominação na escola pública*. Goiânia: Ed. da PUC, 2009.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo. Martins Fontes, 2000.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 10. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

Abstract: this article examines the foundations of cultural identity in a traditional context and its implications on the participation and teaching practice. The text demonstrates that cultural identity rooted in the hierarchical family structure, the political patronage and the religiosity affect decisively the effectiveness of teaching and ins-

titutional development of the school. The article reveals the effects of these cultural meanings and challenges regarding the effectiveness of democratic relations in schools. The research demonstrates that the absence of contractualism as a social value fosters the distrust and inhibits the development of collective practices aimed at the satisfaction of common interests.

Keywords: *culture, participation, educational practice*

* Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: luisgas1@hotmail.com